

ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	251	155
Dividendos a receber	13	242	251
Impostos e contribuições a recuperar	7	498	498
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	4.422	4.518
Outros créditos	8	43.326	37.435
Total do ativo circulante		48.739	42.857
Ativo não circulante			
Ativos judiciais	11	20.435	20.915
Operações de mútuo	13	335.746	346.716
Outros créditos	8	166.255	194.266
Investimentos	9	21.075	20.297
Total do ativo não circulante		543.511	582.194
Total do ativo		592.250	625.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2017	475.564	4.715	(299.036)	181.243
Aumento capital	73.291	-	-	73.291
Prejuízo do exercício	-	-	(64.525)	(64.525)
Em 2018	548.855	4.715	(363.561)	190.009
Prejuízo do exercício	-	-	(2.378)	(2.378)
Em 2019	548.855	4.715	(365.939)	187.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Arrepar Participações S.A. ("Companhia") tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Controladora" ou "Cooperativa") e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2018 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 73.291, sem a emissão de novas ações, subscrito e integralizado pela Cooperativa por meio de capitalização de crédito delimitado por esta contra a Companhia. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, com o suporte financeiro da Controladora.

2. Entidades da Companhia

Entidade - Coligada	Cidade/Estado - País	Principais atividades	Participação acionária	2019	2018
Imocop	São Paulo/SP - Brasil	Administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender bens móveis e imóveis, e dar arrendamento, receber e dar participação em outras entidades	30,58%	30,58%	
Empreendimentos e Participações S.A.					

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário, correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, as premissas e os julgamentos contábeis significativos são: provisões para contingência (Nota Explicativa nº 11) e instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 12). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (inputs) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social, não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas a respeito do ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) reconhecido nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com juros sobre cessão de direito de crédito. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados. **b. Investimento em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. **c. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.** **Apre-**sentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.** **Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **d. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **e. Redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado às UGCs e, então, se ainda houver perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2018. **A. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: O CPC 48 retém, em grande parte, os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos dependentes até o vencimento, empréstimos e outros instrumentos financeiros para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial,

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
Passivo	Nota	2019	2018
Passivo circulante			
Fornecedores		-	26
Obrigações sociais e trabalhistas		7	6
Impostos e contribuições a recolher	10	39.014	37.734
Outras contas a pagar		552	519
Total do passivo circulante		39.573	38.285
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	172.417	205.920
Provisões para contingências	11	192.629	190.537
Operações de mútuo	13	360	300
Total do passivo não circulante		365.046	396.757
Patrimônio líquido			
Capital social	14	548.855	548.855
Reserva legal		4.715	4.715
Prejuízos acumulados		(365.939)	(363.561)
Total do patrimônio líquido		187.631	190.009
Total do passivo		404.619	435.042
Total do passivo e patrimônio líquido		592.250	625.051

um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado, VJORA ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.** **Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.** **Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Classificação original de acordo com o CPC 48	Valor original	Valor original
Banco - conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	251	251
Operações de mútuo	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	335.746	335.746
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	242	242
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	209.581	209.581
Total de ativos financeiros			545.820	545.820

Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Classificação original de acordo com o CPC 48	Valor original	Valor original
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	552	552
Total de passivos financeiros			552	552

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: (i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de abril de 2019. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar; o CPC 06 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/ilijúgios existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo. **(ii) Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.** **• Características de Prê-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).** **• Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28).** **• Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19).** **• Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - Várias normas.** **• Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.** **• IFRS 17 - Contratos de Seguros.**

A Companhia registrou um ganho de R\$ 1.021 no exercício de 31 de março de 2019 (ganho de R\$ 1.055 em 31 de março de 2018) de equivalência patrimonial de sua coligada. O quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações financeiras em sua coligada:

	Participação	Quantidade de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outras despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
2019													
Imocop Empreendimentos Participações S.A.	30,58%	75.490.085	3.019	66.939	69.958	207	44	251	69.707	4.649	(1.313)	3.336	1.021
2018													
Imocop Empreendimentos Participações S.A.	30,58%	75.490.085	24.865	42.948	67.813	580	44	624	67.189	4.856	(1.407)	3.449	1.055

10. Impostos e contribuições a recolher

	2019	2018
ICMS	15	15
Parâmetro de impostos - Lei nº 11.941/09	38.998	37.719
Outros	1	1
Total circulante	39.014	37.734
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	172.417	205.920
Total não circulante	172.417	205.920

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A Arrepar Participações S.A. aderiu ao Programa de Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496 de 2017 que abrange os débitos de naturezas tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Conforme regras desse parcelamento, o pagamento foi realizado até 31 de janeiro de 2018. **Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09:** O programa instituído pela Lei nº 11.941/2009 prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em dívida ativa, considerados isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. A adesão ao programa foi deferida pela RFB e a consolidação dos débitos foi realizada em junho de 2011. A Companhia iniciou os pagamentos de saldo consolidado em junho de 2011.

	Depósito judicial	Trabalhistas	Depósito judicial	Total de provisões para contingências	Total de depósitos judiciais
2019	199.538	5.098	4.458	204.636	21.431
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	4.061	628	700	4.689	700
Provisões utilizadas durante o exercício	(17.164)	(1.624)	(1.216)	(18.788)	(1.216)
Saldo em 2018	186.435	4.102	3.942	190.537	20.915
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	2.784	42	160	2.826	160
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(734)	(640)	(1.374)	(640)
Saldo em 2019	189.219	3.410	3.462	192.629	20.435

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com o opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor histórico aproximado de R\$ 22.643, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. A redução das perdas possíveis devem-se à adesão ao PERT (Nota Explicativa nº 10).

12. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: Durante os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil	2019	2018
Custo amortizado			
Banco - conta movimento	251	155	
Dividendos a receber	242	251	
Operações de mútuo	335.746	346.716	
Outros créditos	209.581	231.701	
Fornecedores	-	26	
Outras contas a pagar	552	519	

Nota incluída informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados para mitigá-los. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

13. Partes relacionadas

	2019	2018
Ativo circulante		
Dividendos a receber	242	251
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.		
Ativo não circulante		
Mútuos a receber		
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	335.746	346.716
Mútuos a pagar		
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	-	300

DIRETORIA

Luís Roberto Pogetti Diretor Presidente	João Roberto Gonçalves Teixeira Diretor Superintendente	Julio Alvarez Boada Diretor	José Augusto Durand Diretor	Pedro Augusto Paranhos de Oliveira Diretor	Tomás Caetano Manzano Diretor	Vanessa Siqueira Samejima CRC 1SP 238.292/O-0
--	--	--------------------------------	--------------------------------	---	----------------------------------	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS